

# Resposta a Michel Cahen

Patrícia Matos\*

p 165-167

O presente texto visa tecer alguns comentários e contrapor ou esclarecer melhor alguns dos pontos da recensão atenta e cuidada que foi elaborada por Michel Cahen sobre o meu livro, intitulado *As “Côres” do Império: Representações Raciais no “Império Colonial Português”*, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais em 2006. Por outro lado, pretende abrir um diálogo profícuo e clarificar ou contextualizar algumas das opções que fiz ao longo da realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, considero que Michel Cahen fez uma análise pormenorizada e extensa do livro, o que é, de facto, muito raro no âmbito de uma recensão crítica, excedendo esse âmbito estrito e constituindo um ponto de partida para outros debates que o livro possa inspirar e/ou desencadear.

No entanto, em meu entender, não me pareceu que na sua recensão desse grande destaque a um dos aspectos distintivos do livro e que é a análise de diversos materiais (textos, imagens, filmes, sons, exposições, publicações periódicas, documentação publicitária, programas universitários, livros escolares, entrevistas, etc.) tendo como objectivo analisar as mensagens diferentes que foram elaboradas para públicos distintos em termos sócio-económicos, etários, geográficos, entre outros. Por outro lado, o tipo de materiais por mim analisados é semelhante ao existente em outros trabalhos relativos ao contexto colonial belga, francês e inglês, mas alguns desses materiais são inéditos, ou pouco conhecidos e trabalhados no contexto português.

Tendo em conta os objectivos gerais do trabalho, os aspectos políticos, jurídicos e legislativos surgem no texto muitas vezes apenas com o intuito de contextualizar a minha análise, sem serem, de facto, os objectos deste estudo. Da mesma forma, neste trabalho não há lugar para fazer distinções entre todas as forças da oposição que existiam, estando

\* Instituto de Ciências Sociais/U. Lisboa

algumas ainda por estudar. O Arquivo do Partido Comunista Português, por exemplo, tem vários documentos desconhecidos do público, que não foram ainda descobertos ou analisados, estando alguns a ser presentemente reunidos e organizados.

Considero interessantes os comentários de Michel Cahen na sua análise pormenorizada do “estatuto do indígena”, o que constitui, de facto, um contributo importante para o conhecimento acerca do assunto. No entanto, sob o meu ponto de vista, esta questão acaba por ter um peso demasiado grande no conjunto total da recensão. A referência ao “estatuto de indígena” é fundamental no contexto analisado e no meu livro abordo o estatuto que vão tendo os habitantes do “império português” desde os finais do século XIX até aos anos 60 do século XX. Contudo, por razões que se prenderam com a falta de espaço (tive de cortar várias páginas da minha tese e excluir uma boa parte da sua bibliografia inicial), e com a necessidade de me centrar nos objectivos principais deste estudo, eu não desenvolvi com minúcia a questão do indigenato. Para abordar esta questão utilizei vários livros de historiadores conceituados do período do Estado Novo e algumas fontes de legislação como o Código do Trabalho dos Indígenas de 1928 e os trabalhos de Silva Cunha (que tem várias edições e reedições sobre o trabalho indígena, o regime jurídico, etc.). Por outro lado, também a análise dos censos não constituiu uma prioridade. No entanto, são, de facto, materiais com importantes fontes de informação e poderão vir a ser analisados futuramente.

Outro aspecto importante a referir é que o meu livro não foi escrito propriamente para ser lido por partes, mas sim todo ele e procurei não fazer repetições ao longo do texto. No meu texto eu não digo, pura e simplesmente, que o estatuto de indígena de 1926 que vigorou até 1954, quando foi substituído por outro, deixou de existir nessa data (ver a página 11 da recensão). É sabido que ele só foi abolido em 1961, como refiro na página 65 e 159 do livro. O que eu quis dizer na página 157 é que esse estatuto que vigorou até 1954 era o de 1926 (que sofreu, como referi também, alterações sucessivas). Continuando a ler o texto poderá perceber-se quando ele é finalmente abolido, ou seja, em 1961. Por outras palavras, eu refiro no livro qual foi o período do indigenato (1926-1961) em várias páginas, e sobretudo na página 65, porém tal pode não ter ficado claro em todas as ocasiões em que me dirijo a este assunto.

A propósito do que Michel Cahen escreve acerca de ideologia e “raça” nas páginas 8 e 15 da sua recensão, gostava de dizer que, como eu exponho no livro, é de facto o sentimento “racista” ou a vontade ou a necessidade de discriminar negativamente que leva à invenção da raça e à “criação” do “indígena” no contexto colonial. Por outro lado, são sobretudo as “cores” (cor da pele) que inspiram a discriminação com base na “raça”. Como refere Yves Léonard, “a sociedade colonial de forma piramidal daí resultante dividia-se entre ‘civilizados’ - eles mesmo repartidos entre brancos, mestiços e os raros negros ‘assimilados’ - e ‘indígenas’, segundo uma hierarquia estabelecida teoricamente em função da raça, da cor da pele, do nível social ou mesmo do nascimento” (“O Império Colonial Salazarista”, *In* Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1999, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 17).

De resto, só tenho a agradecer as sugestões e concordo com Michel Cahen quando diz que a diferenciação entre “indígena” e “não indígena”, fundamentada legalmente pela noção de “trabalho forçado” ou “obrigação moral do trabalho”, poderá ser tanto ou mais discriminadora do que a hierarquização entre as supostas “raças” (ver a página 8 da recensão). Contudo, o que pude verificar em vários textos é que a “raça”, enquanto determinante

biológico, foi no contexto que analisei considerada como tendo um papel crucial e decisivo para poder habilitar ou anular uma pessoa, mesmo que ela se tornasse assimilada. Eu entrevistei um ex-chefe de posto em Angola que deu uma bofetada ao rei do Congo, porque para ele tratava-se de um “preto qualquer” e todos os “pretos” eram para ele seres inferiores. Por outro lado, em alguns casos, os discursos sobre os assimilados podem revelar-se ainda mais discriminatórios, sendo eles muitas vezes ridicularizados, paradoxalmente, pelo facto de já se encontrarem perto dos “brancos” (pelo seu modo de falar, vestir, andar, entre outros aspectos).

Pelo que pude ler para a realização deste trabalho, apesar de todos os discursos, e reformulações dos mesmos ao longo do tempo, acerca de quem era ou não “indígena”, verifiquei que, frequentemente, em contextos menos filtrados ou em textos de pessoas menos informadas (a ignorância que Michel Cahen refere na página 15 da recensão), como alguns dos discursos dos missionários, ou uma parte dos textos que fazem parte dos catálogos das exposições, essa distinção não é feita e as pessoas autóctones dos espaços além-mar administrados por Portugal eram designadas geralmente, e simplesmente, por “indígenas”. No entanto, considero que estes materiais (e outros a que dou destaque no livro), ainda que possuam um filtro pouco apurado, foram os mais lidos e conhecidos pela grande massa de portugueses da metrópole (tendo em conta a percentagem de iletrados que o país possuía) e foi através deles que foram transmitidas ideias, conhecimentos e preconceitos acerca do “império” e das suas populações autóctones.

A propósito das classificações raciais gostava de esclarecer que quando estou a falar na página 156 do livro destas classificações, que duraram até aos anos 50 do século XX de forma explícita (ver as páginas 11 e 13 da recensão), estou a referir-me às que incluíam discriminação negativa de pessoas, um tipo de discriminação que após a Segunda Guerra Mundial, embora essa ideia não tenha sido logo assimilada, passou a ser censurada e censurável. Posteriormente, as discriminações continuaram, mas de uma forma mais mascarada, ou subtil, sendo atribuídas outras formas de nomeação, ou ocorrendo sobretudo em contextos mais domésticos.

Para concluir, gostava de dizer que, apesar de eu ser antropóloga, tenho estudado um contexto que necessita de ser bem contextualizado historicamente e acho fundamental que um trabalho deste género seja rigoroso desse ponto de vista. Por essa razão recorri, sempre que possível, às fontes originais e procurei cruzar algumas informações provenientes dos textos, e de outros documentos não publicados, com as entrevistas por mim realizadas. Além disso, e não menos importante, creio que o facto de manter e cultivar o diálogo entre a antropologia e a história poderá ser proveitoso para ambas as disciplinas e para os seus praticantes.

